

Geometria de traços e a sintaxe de pronomes no português brasileiro

Daniel Carvalho

Universidade Federal da Bahia/FAPESB

Abstract

This paper discusses how the wide use of pronominal forms in Brazilian Portuguese is allowed by their internal compositionality. An enriched formal feature theory developed on the basis of feature entailment and underspecification to compose those pronouns is adopted, which solves the former problem of agreement between elements which differ from each other with relation to their set of features. This approach leads to a clearer description of the distribution of pronouns in BP strictly dependent on their inner structure, which considerably simplifies the description of agreement in such language.

Keywords: Agreement, Syntax, ϕ – features, Underspecification.

Palavras-chave: Concordância, Sintaxe, Traços – ϕ , Subespecificação.

1. Introdução

Um pronome é um reflexo de diferentes tipos de traços, os quais determinam suas características e, conseqüentemente, definem seu comportamento sintático. Tradicionalmente, esses são traços morfossintáticos (ϕ), e codificam informação de pessoa, número e gênero. Todos estes traços são considerados como sendo formativos do pronome. Justamente por comporem um pronome, estes traços participam do mecanismo sintático de concordância. Entretanto, apesar de seu conteúdo – todos são traços que codificam informações discursivas já gramaticalizadas pela língua –, os traços – ϕ não compreendem todas as informações que um pronome carrega. Em (1), o traço *pessoa* é incapaz por si só de determinar a interpretação (ou referencialidade) do pronome em português brasileiro (PB):

- (1) *Você* pensa que tá fazendo a coisa certa, mas no fim *você* não está “Alguém pensa estar fazendo a coisa certa, mas no fim esse alguém não está” “2sg pensa estar fazendo a coisa certa, mas no fim 2sg não está”

Você, em (1), pode ser analisado através de pelo menos duas perspectivas: (i) há duas entradas lexicais diferentes para esta mesma forma pronominal, uma para a segunda pessoa com referência definida e outra para a referência arbitrária, isto é, dois pronomes *você* no léxico; e (ii) há apenas uma única entrada lexical para *você* e o traço *pessoa* é, na verdade, um traço complexo que, dependendo de seu conteúdo, gera diferentes interpretações para uma única forma (pronominal, neste caso). A segunda perspectiva parece mais atraente visto que, mesmo se houvesse duas entradas lexicais diferentes para uma mesma forma pronominal, poder-se-ia compô-las usando-se um traço único complexo, o que é coerente com a noção de recursividade e economia (Chomsky, 1995; 1999; Uriagereka, 2000).

Da mesma forma, em (2), *a gente* apresenta variação na interpretação do traço *pessoa*: com um clítico anafórico, *a gente* permite os de primeira ou terceira pessoas, dependendo da localidade.

- (2) a. *A gente_i já se_i/*nos_i viu no espelho.*
 b. *A gente_i soube que ele *se_i/nos_i viu no jornal ontem.*

Esta variação também leva em conta o traço *número*, uma vez que *a gente* possibilita, no verbo, tanto marca morfológica de terceira pessoa do singular quanto de primeira do plural. O mesmo ocorre com *nós*, forma pronominal canônica de primeira pessoa do plural, que pode estabelecer concordância com a terceira pessoa do singular, em PB.

- (3) a. *A gente é brasileiro*
 b. *A gente somos brasileiro(s)*
 c. *Nós somos brasileiro(s)*
 d. *Nós é brasileiro*

Seguindo a perspectiva minimalista mais recente (Chomsky, 1998; 1999; 2001), numa dada derivação, uma *sonda* contendo mais traços do que um *alvo*, ou com traços diferentes dos do alvo, não representa condição para concordância, e, conseqüentemente, a derivação não converge.

Gênero também levanta problemas para definição de um pronome. Não apenas pronomes que apresentam *gênero* morfológicamente expresso em suas formas carregam tal traço. Em (4), a primeira e a segunda pessoas do singular desencadeiam concordância de *gênero* no predicativo, o que demonstra que *gênero* não pode ser determinado apenas quando o pronome o exhibe morfológicamente.

- (4) a. *Eu sou bonito/bonita.*
 b. *Você é bonito/bonita.*

Adicionalmente, um pronome não parece ser configurado apenas pelos traços acima citados. Em (1) acima, a arbitrariedade referencial de *você* não pode ser capturada por sua forma, visto que *pessoa* caracteriza esta forma pronominal (2ª pessoa), ou simplesmente pelos já conhecidos traços- ϕ . Como mencionado acima, *pessoa* não é suficiente para definir *você* dentro de um paradigma, i.e., não é o único traço por isso responsável, mas, indiscutivelmente, este traço é indispensável para a interpretação e identificação deste pronome. Isto quer dizer que deve haver algo mais que permita as duas interpretações.

Isso nos faz acreditar que esta informação “extra” deve ter sido trazida para dentro da derivação, o que não é nenhuma novidade (D’Alessandro, 2006; Speas, 2004). Mas, mais especificamente, essa informação “extra” deveria estar concatenada com os traços básicos que compõem um pronome. Isto se dá, pois, algumas vezes, elas são necessariamente exigidas por questões de concordância (Cowper & Hall, 2002). Em outras palavras, esta informação “extra” é sintaticamente exigida e deve estar presente na derivação.

A introdução de tais informações pode gerar problemas como: (a) como lidar com tanta informação dentro de um único elemento?; (b) como controlar tais traços?; (c) como é possível conciliar este elemento enriquecido e um mecanismo minimalista de concordância?

O fato de considerar que mais traços integram um pronome não quer dizer que todos estes traços devam necessariamente ser legíveis, ou mesmo presentes, no curso da derivação. A solução para estes problemas começa ao se assumir uma hierarquia para tais traços estabelecida ainda no léxico. Esta hierarquia deve ser fundamentada nos princípios da subespecificação. Isto se dá já que, como apontado acima, alguns traços são interdependentes: a interpretação de um traço depende da presença ou ausência de outro. Este comportamento coloca outro desiderato: traços devem obedecer a acarretamento¹:

(5) **Acarretamento**

Dados dois elementos A e B, respectivamente, em uma ordem hierárquica, a presença de B requer a presença de A.

Esta noção é capturada da proposta de Harley & Ritter (2002), que oferecem uma geometria de traços que permite a geração de pronomes entre as línguas a partir de um número limitado de traços semânticos. Adotarei esta proposta com uma diferença: algumas informações outrora extrasintáticas, tais como *especificidade* e *definitude*, também devem ser incluídas nesta geometria, uma vez que tais informações parecem, a partir das evidências acima expostas, ter-se gramaticalizado e fazer parte do arsenal informacional componente dos pronomes no léxico. Assumirei sem pormenores que tais informações foram de fato gramaticalizadas e são parte integrante do conjunto de traços formais dos elementos pronominais.

¹ Tradução aproximada do inglês *entailment* (cf. Harley & Ritter, 2002; Béjar, 2003).

2. Sobre a composicionalidade do pronome

Mostramos até agora que a assunção de pronomes como um primitivo falha em explicar seu comportamento sintático-semântico, e que mesmo a visão tradicional de traços- ϕ para tais pronomes também não é suficiente para tal. Descreveremos brevemente nesta seção como uma perspectiva enriquecida da composição dos pronomes nos permite descrever seu comportamento morfossintático.

Déchainé & Wiltschiko (2002) mostram evidências de que os pronomes pessoais do inglês não são um grupo sintaticamente homogêneo: *one*, por exemplo, é considerado uma instância pronominal N (pro-NP), uma vez que tem a sintaxe de um nome e pode seguir um determinante (*the one*), um quantificador (*someone*), ou um modificador (*the real one*). A primeira e a segunda pessoas do plural comportam-se como determinantes (pro-DPs) já que aparecem ocupando a posição desse núcleo (*we linguists*, *you linguists*). Os pronomes de terceira pessoa, por sua vez, são analisados como pro- ϕ Ps, já que não são capazes de suportar a sintaxe de um D (**they linguists*)².

De acordo com esta proposta, os pronomes pessoais em PB poderiam atuar como pro-DPs: os pronomes de primeira e segunda pessoas do plural funcionam como determinantes, mas as formas do singular e a terceira pessoa do plural, não:

- (6) a. *Nós* linguistas estamos na sala 3.
 b. *Vocês* linguistas são feios.
 c. **Eu* linguista gosto de surfar.
 d. **Eles* linguistas bebem água.

Este argumento é considerado pelas autoras como uma evidência de que a terceira pessoa é, em inglês, um pro- ϕ P, enquanto primeira e segunda pessoas, como os demonstrativos “nus” em inglês, são pro-DPs. Entretanto, os mesmos pronomes acima também atuam como argumentos e predicados, como o fazem pro- ϕ Ps:

- (7) a. Essa é *ela*.
 b. *Ela* é essa.
 c. *Eu* sou esse/essa.
 d. Esse/essa sou *eu*.
 e. Esses/essas somos/é *nós*.
 f. *Nós* somos/é esses/essas.

²Para discussão aprofundada sobre a distribuição tripartida dos pronomes, cf. Déchainé & Wiltschko (2002), Rullmann (2004) e Carvalho (2008).

Interessante notar que, em (7), o demonstrativo em PB mostra flexão obrigatória de concordância e pode funcionar como um predicado real, diferentemente dos demonstrativos em inglês em (8)³, que parecem ser DPs reais.

- (8) a. That's her.
b. *She's/*her is that.

Entretanto, observando mais cuidadosamente o inglês, pode-se encontrar um uso predicativo para *that*, como visto em (9):

- (9) a. It's that.
b. That's it.
c. That's that.

O contraste entre (8) e (9) reforça a idéia de que traços- ϕ podem ter papéis gramaticais independentes, em vez de sempre serem vistos como um todo. Além disso, (8) sugere que a assunção tradicional de traços - ϕ somente como *pessoa*, *número* e *gênero* não responde pela distribuição pronominal nas línguas acima.

Rullmann (2004) vai de encontro a algumas evidências dadas por Déchaine & Wiltschko (2002), mostrando, como um contra-argumento, que primeira e segunda pessoas também podem ter uma leitura de variável ligada em inglês. Rullmann (2004) sugere uma decomposição, adicionando os traços *destinatário* e *falante* (do inglês *addressee* e *speaker*, respectivamente) ao conjunto de traços- ϕ dos pronomes em inglês, em vez de *pessoa* como traço primário dentro do conjunto de traços- ϕ que compõe ϕ P.

Adicionalmente, a característica mais distintiva de um pro- ϕ P é que ele age como uma variável ligada. Apesar de esta ser uma característica dos clíticos, também pode ser estendida aos pronomes do PB já que eles agem de forma semelhante. O pronome *você* e *eu* podem assumir tanto a leitura de pronome referencial como a de reflexivo em PB, como pode ser visto nos contrastes em (10a,a') e (10b,b').

- (10) a. *Você* viu *você* no espelho, não uma assombração.
a'. *Você se* viu no espelho, não uma assombração.
b. *Eu* vi *eu* na televisão hoje.
b'. *Eu me* vi na televisão hoje.

Na verdade, como Rullmann aponta, algumas características sintáticas do pronome podem escapar da proposta de Déchaine & Wiltschko (2002). A solução pode estar na adoção de um conjunto de traços enriquecido para a constituição dos pronomes, como já sugere Rullmann, em acordo com Harley & Ritter (2002).

³ Dados colhidos de falantes nativos do inglês.

3. Notação de traços enriquecidos: ampliando-se uma teoria- ϕ

Harley & Ritter (2002) defendem uma geometria de traços morfossintáticos para o sistema pronominal nas línguas. As autoras assumem que esta geometria é o resultado da gramaticalização de certas categorias cognitivas (tais como referência e pluralidade) e é motivada por um extenso conjunto de línguas geneticamente distintas.

A visão das autoras é de que traços são monovalentes e somente aparecem se têm valor positivo. Também, uma dependência estrutural é proposta, i.e., se um dado traço Y aparece após um dado traço X, significa dizer que Y é dependente de X e se X é eliminado, Y também o é. Praticamente, um traço como *destinatário* só existe se há um traço tal como *participante*.

As autoras dividem os tradicionais traços- ϕ em três grandes grupos ou categorias: *Participant*, *Individuation* e *Class*. *Participant* inclui os traços *Speaker* e *Addressee*, usados para representar *pessoa* (primeira e segunda, uma vez que a terceira seria a forma não-marcada); *Individuation*, incluindo *Group*, *Minimal* e *Augmented*, representa a categoria *número*; e *Class* codifica *gênero* e outras classes informacionais.

Assumo com Harley & Ritter (2002) que, em vez de *pessoa*, *número* e *gênero* serem considerados os componentes atômicos de um pronome, traços- ϕ devam ser decompostos em traços mais atômicos, que capturem categoricamente as informações cruciais que um pronome carrega, sendo as relações intrínsecas de acarretamento entre eles responsáveis pela sua distribuição e diferentes formas assumidas em PF⁴.

Béjar (2003) propõe uma teoria de traços para concordância com bases minimalistas, preenchendo uma lacuna na empreitada gerativista. A análise se baseia em uma perspectiva para traços formais onde ϕ codifica as propriedades nominais que tipicamente entram no processo de concordância: *pessoa*, *número* e *gênero*. Entretanto, tais propriedades são insuficientes para capturar exigências sintáticas de tal teoria de concordância baseada apenas em traços. Assim, a autora assume com Harley e Ritter (2002) que pronomes obedecem a uma hierarquia interna, que é responsável por sua sistematização. As tradicionais categorias *pessoa* e *número* são centrais na teoria desenvolvida por Béjar. Também, as relações de concordância estabelecidas pela autora são úteis à descrição de algumas relações sintáticas encontradas em PB.

A abreviação tradicional de traços- ϕ como um conjunto cristalizado de traços que compõem um elemento R(efereencial) é inviável uma vez que não captura as relações que um elemento R pode ter no sistema computacional, sendo alguns desses traços ausentes por razões independentes.

Algumas propostas revisadas acima mostram uma visão mais acurada acerca dos pronomes, mas ainda capturando *pronome* como sendo um feixe dos traços- ϕ . Harley e

⁴ Béjar (2003) afirma que estas relações de traços não são apenas úteis para restringir forma, mas, antes, a computação sintática é sensível a tais relações.

Ritter (2002), ao proporem uma decomposição dos tradicionais traços- ϕ , são coerentes com a variabilidade encontrada interlinguisticamente. Uma teoria nessas premissas implica subespecificação no sentido de que um dado elemento R pode não apresentar todos os traços apesar de tê-los disponíveis em seu inventário. Isto, na verdade, é similar à proposta de Cardinaletti & Starke (1999) no sentido de que *deficiência*⁵ (ausência de um dado traço por acarretamento) é responsável pela distribucionalidade do pronome. Aqui, defenderei um modelo fundido de deficiência, como definido em (11):

(11) Um pronome é *deficiente* se carece pelo menos de um traço.

Os reflexos de tal deficiência são sentidos sintaticamente, ou seja, têm implicações em como o mecanismo de concordância funcionará uma vez que um pronome deficiente pode exitosamente entrar em uma relação de concordância, i.e., a derivação envolvendo um pronome deficiente e, ao mesmo tempo, um verbo totalmente especificado, converge, mesmo não satisfazendo certas condições para concordância (*match* nos termos de Chomsky (1999)), como será mostrado adiante.

De acordo com Harley & Ritter (2002), a forma de um dado pronome (e suas características) é capturada como o resultado de sua composicionalidade de traços e suas relações sintáticas. Assumirei, portanto, que esta composicionalidade interna é suficiente para codificar algumas características “externas”, tais como referencialidade. Adicionalmente, algumas categorias externas ao nó [PARTICIPANT]⁶ (a saber, [CLASS]) serão assumidas interrelacionadas a ele, tornando-se este nó crucial, ao lado de [INDIVIDUATION], na variabilidade encontrada no sistema pronominal em PB.

3.1. Composicionalidade de traços: *pessoa*

A geometria de Harley e Ritter (2002) permite a possibilidade de subespecificação (parcial e/ou total) de um dado sistema pronominal. Sistemáticamente, subespecificação codifica contraste: uma subespecificação total quando da ausência do nó [PARTICIPANT], por exemplo, resulta na terceira pessoa, enquanto subespecificação relativa pode resultar na segunda pessoa quando o nó [PARTICIPANT] tem uma interpretação *default* na ausência de mais dependentes. Consequentemente, o traço [SPEAKER] é normalmente dependente do traço [PARTICIPANT], resultando na primeira pessoa⁷.

Béjar (2003) introduz um novo traço à geometria de Harley & Ritter (2002), a saber, [π]. π é um nó intermediário entre a raiz do elemento referencial e o nó [PARTICIPANT].

⁵ Do inglês *deficiency* (cf. Cardinaletti & Starke, 1999).

⁶Por uma questão notacional, os traços que participam das geometrias apresentadas neste trabalho virão entre colchetes, enquanto os elementos que indicam uma categoria, em itálico.

⁷Béjar nota que, em algumas línguas, a primeira pessoa é a *default*, sendo representada por [PARTICIPANT [ADDRESSEE]].

Este é também um rótulo para a categoria *pessoa*. Segundo a autora, $[\pi]$ é empiricamente necessário. Por exemplo, sem ele, não-participantes são obrigatoriamente subespecificados exceto pelo traço [INDIVIDUATION], e, talvez, pelo traço raiz R⁸. A introdução deste traço é também motivada pelo fato de a subespecificação de traços para terceira pessoa poder ser o ponto de variação, uma vez que, apesar de alguns pronomes de terceira pessoa serem totalmente subespecificados, há pronomes de terceira pessoa com subespecificação parcial, os quais podem atuar como *interventores*⁹. Béjar (2003) afirma que a inserção do traço $[\pi]$ é necessária como uma camada representativa, já que alguns traços categoriais devem ser incluídos dentro do nó [PARTICIPANT].

Evidência de que em algumas línguas certas categorias devem ser incluídas na categoria *pessoa* vem de Cowper e Hall (2002). Os autores propõem uma geometria de traços para a flexão nominal do inglês, em que categorias pragmáticas gramaticalizadas são levadas em conta para definir geometricamente morfemas de flexão nominais.

(12) [D[SPECIFIC[DEFINITE[DEICTIC][DISTAL]]]]

Esta hierarquia explica certas restrições no mapeamento entre os itens lexicais que codificam a flexão nominal, e os contextos sintáticos em que eles ocorrem, como ilustrado nos exemplos (13) abaixo, cujas configurações são dadas em (14).

- (13) a. THIS coffee over here is stale
 ESTE café sobre aqui está velho
 “Este café aqui está velho”
 b. THAT coffee is stale
 AQUELE café está velho

- (14) a. **THIS**
 [DP[D[SPECIFIC[DEFINITE[DEICTIC][DISTAL]]]][#P[#[GROUP]][NP]]]
 b. **THAT**
 [DP[D[SPECIFIC[DEFINITE[DEICTIC]]]][#P[#[GROUP]][NP]]]

(Cowper & Hall, 2002:62)

⁸Assumo R aqui como uma representação para pronome.

⁹ Béjar (2003) propõe uma teoria enriquecida de traços para lidar com certas condições de concordância sensíveis ao contexto, quando um alvo que não é o potencial (ou seja, um interventor) pode entrar numa relação sonda-alvo. Por exemplo, em georgiano, “a verb crossreferences the person feature of its object, unless the object is 3rd person, in which case the person feature of the subject is crossreferenced” (Tradução aproximada: “um verbo remete ao traço pessoa de seu objeto, a não ser que o objeto é de terceira pessoa, caso em que o traço pessoa do sujeito é remetido” (Béjar, 2003:4).

Segundo os autores, a diferença entre os pronomes definidos em (13) é feita através da presença/ausência do traço [DISTAL] no nó que representa *pessoa*. Este traço determina a noção de distância no discurso.

Como Béjar (2003) aponta, em algumas línguas esta decomposição de *pessoa* como proposta por Harley e Ritter (2002) não é suficiente para codificar alguns traços que são necessários para definir certos nominais (como os de Cowper & Hall (2002)). Por exemplo, [DEFINITE] e [ANIMATE] são acarretados por [PARTICIPANT] em línguas como húngaro e algonquiano, respectivamente (Béjar, 2003). Estas categorias, alternativamente, podem ser requeridas pelo nó [PARTICIPANT]. Portanto, $[\pi]$ rotularia os traços que podem ser capturados entre R e [PARTICIPANT], assumindo a representação em (15).

(15) SPEAKER > PARTICIPANT > { DEICTIC > DEFINITE > SPECIFIC > ... > D = π } > R

Entretanto, sugiro que $[\pi]$ não codifica, mas, estruturalmente, deve dominar tais traços. Isto se dá porque alguns traços assumidos por Béjar (2003) como sendo codificados por $[\pi]$ podem ou não estar presentes na configuração. Se eles fossem concebidos dentro de $[\pi]$, isso feriria as condições de acarretamento. Portanto, se traços como [DEFINITE] ou [SPECIFIC] estivessem localizados dentro de $[\pi]$, isto é, codificados por $[\pi]$, seria impossível ter estes traços como distintivos em um pronome arbitrário como *você*, em (1) acima. Neste caso, o acarretamento de traços abaixo de [D] é responsável pela leitura arbitrária: na ausência de traços como [DEFINITE], *você* carece de uma leitura definida, que requer dêixis. Desse modo, *pessoa*, como uma categoria, permanece intacta enquanto traços como [SPECIFIC] ou [DEFINITE] desempenham o papel da arbitrariedade referencial. Assim, assumo com Béjar (2003) que o nó $[\pi]$ é uma variável que codifica outros elementos que podem ser necessários para contraste de *pessoa*.

Por isso, assumirei a estrutura em (16) como sendo a possível configuração para R. (16) é a entrada lexical da categoria *pessoa* de um dado pronome que entra na derivação, engatilhando todos os mecanismos sintáticos necessários para que ele alcance PF.

(16) [R [Π [PARTICIPANT [SPEAKER] [ADDRESSEE]] [D [SPECIFIC [DEFINITE]]]]]]

Adicionalmente, esta estrutura é compatível com a de Déchaine & Wiltschko (2002), diferindo no que diz respeito à localização de [D]. [D] é o traço que codifica as informações nominais de um pronome, podendo ou não, teoricamente, estar presente na configuração. Uma vez presente, o pronome se comporta como um proDP, na notação de Déchaine & Wiltschko (2002), uma projeção extra em R (ou ϕ , na terminologia das autoras), não sendo necessário capturar tal informação¹⁰. O acarretamento de traços sob

¹⁰ A análise proposta é claramente uma tentativa de descrição de dados do português brasileiro. Os dados em (i), abaixo, foram testados com falantes nativos do PB e considerados agramaticais

[π] permite que o paradigma pronominal prediga uma forma com referência arbitrária mesmo que esta compartilhe a mesma forma de um outro definido (cf. *você* no exemplo (1) acima). A possibilidade de se ter uma pessoa arbitrária dar-se-á, portanto, da combinação do nó [PARTICIPANT] com o nó [D] subespecificado para os traços [SPECIFIC] e [DEFINITE]:

- (17) *Eu* começo a fumar um cigarro hoje, amanhã *eu* experimento x.
(Contexto: um agente de controle de drogas entorpecentes sendo entrevistado por um apresentador de TV)

Em (17), *eu* tem uma leitura arbitrária, podendo ser substituído por outra forma arbitrária:

- (18) *Você/a gente/alguém* começa a fumar um cigarro hoje, amanhã *Você/a gente/alguém* experimenta x.

Assim, a representação dos pronomes em PB de acordo com sua composicionalidade de traços gera o seguinte resultado: [π] é responsável sozinho pela diferenciação de primeira, segunda e terceira pessoas, como esperado. Portanto, a especificação de traços relevantes para os pronomes aqui é a seguinte:

(19)

1ª pessoa:

- a. Definido: [R[π [PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]]
b. Arbitrário: [R[π [PART[SPEAKER]][D]]]

2ª pessoa:

- a. Definido: [R[π [PART[ADDR]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]]
b. Arbitrário: [R[π [PART[ADDR]][D]]]

3ª pessoa¹¹ : [R[π [D[...]]]]

com a presença do artigo definido entre o pronome e o numeral, este último tendo propriedades particulares que fogem dos limites explanatórios deste trabalho. Entretanto, faz-se necessário uma pesquisa mais a fundo sobre as possibilidades do PE, em (ii-iv), o que escapa ao escopo deste artigo ((ii), (iii) e (iv) retirados de: <http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>).

(i) *Qual de nós os dois queres a teu lado. PB

(ii) À parte eles os dois, ninguém sabe que são irmãos. PE

(iii) Tenho informações para *vocês os dois*. PE

(iv) “*Nós os dois* odiava-mo-lo.” PE

¹¹ As reticências para a configuração da terceira pessoa indicam que os traços dominados por [D] podem ou não estar presentes na composição, dependendo da estrutura informacional do pronome. Por exemplo, o pronome *il*, do francês, tem sua forma compartilhada pelo expletivo e pela terceira

3.2. Composicionalidade de traços: *número*

O mesmo mecanismo adotado para *pessoa* pode ser estendido a *número*. De acordo com Harley & Ritter (2002), [INDIVIDUATION]¹² é o nó representacional para categorias de *número*, *grau* e *classe*.

Para *número*, as autoras adotam o traço [GROUP] como sendo o responsável pela leitura de plural dos pronomes. Entretanto, em algumas línguas, apenas a adoção do traço [GROUP] imediatamente dominado pelo traço [INDIVIDUATION] não é suficiente para caracterizar a categoria *número*, visto que nessas línguas existe distinção entre um grupo formado por dois indivíduos e outro por mais de dois indivíduos. Por exemplo, os pronomes *both* e *ambos*¹³, em inglês e em português, respectivamente, marcam exclusivamente a existência de apenas dois indivíduos num contexto qualquer.

- (20) a. Vi *ambos* os meninos na praia
 b. I saw *both* boys on the beach
 Eu vi ambos garotos em a praia

Assim, um traço como [DUAL], que caracteriza uma quantidade mínima diferente de *singular*, ou seja, um conjunto representado por dois indivíduos, deve ser levado em conta na composição de uma geometria para a categoria *número* para pronomes. Portanto, uma categoria dominante, analogamente àquela para *pessoa*, deve ser proposta. Adoto um nó representacional [#] que domina os traços relevantes para a composição da categoria *número*. [#], da mesma forma que [π], é empiricamente necessário. Sem este nó, a caracterização de *singular* deveria ser feita apenas pela presença do nó [INDIVIDUATION], que também domina outras categorias, como mencionado acima. Portanto, se houver subespecificação para *grau*, por exemplo, haveria ambiguidade estrutural. Assim, a configuração para *número* deve ser representada independentemente. Para tal, adoto a seguinte geometria para esta categoria:

- (21)[#[GROUP][DUAL]]

pessoa do singular masculino definida. O que diferiria estes dois elementos R seria sua estrutura: enquanto o pronome definido apresenta uma estrutura mais especificada (cf. (i)), o expletivo não carregaria algumas informações em sua composição (cf. (ii)).

(i) Il.expl. = [R[π[D]]]

(ii) Il.def. = [R[π[D][DEFINITE][SPECIFIC]]]

¹² O termo INDIVIDUATION é adotado para representar as particularidades de um ente. Daí o nó [INDIVIDUATION] representar configuracionalmente as categorias *número*, *grau* e *classe*.

¹³ O pronome indefinido *ambos*, da mesma forma *diversos*, *algum*, *nenhum*, entre outros, possui flexão de *gênero* em português, uma característica da 3ª pessoa nesta língua. Assim, aparentemente as mesmas condições que operam sobre a 3ª pessoa também valem para outros pronomes em português, como os indefinidos e os demonstrativos.

A presença de [#] codifica a categoria *número* não especificada para plural ou dual. Para os pronomes pessoais em PB, apenas os traços [#] e [GROUP] são relevantes, visto que não há uma forma pronominal pessoal dual distinta. Assim, o traço [GROUP], combinado com [π], define as formas do plural dos pronomes. O traço [#], subespecificado para [GROUP], define as formas arbitrárias do plural, diferenciando estas daquelas do singular. A ausência do nó [#] caracteriza as formas do singular. Desta forma, a configuração para a categoria *número* para os pronomes pessoais em PB é a seguinte:

(22) [# [GROUP]]

Assim, a composicionalidade para a categoria *número* prediz as possíveis diferenças entre as formas da primeira pessoa do plural em PB: *nós* e *a gente* (definida e arbitrária).

(23)

1ª pessoa

NÓS Def. = [R[π[PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]][INDV[# [GROUP]]]]

NÓS Arb. = [R[π[PART[SPEAKER]][D]][INDV[# [GROUP]]]]

A GENTE Def. = [R[π[PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC]]][INDV[# [GROUP]]]]

A GENTE Arb. = [R[π[PART[SPEAKER]][D]][INDV[#]]]

2ª pessoa

VOCÊS = [R[π[PART[ADDR]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]][INDV[# [GROUP]]]]

3ª pessoa = [R[π[D[...]]][INDV[# [GROUP]]]]

Os nós [π] e [INDIVIDUATION] podem ser responsáveis pela interpretação arbitrária em PB: uma vez combinados, o par de traços prediz inclusividade complementar, i.e. a complexidade do comportamento dos pronomes em PB reflete a complexidade da composição de traços desses pronomes.

3.3. Composicionalidade de traços: *gênero*

A representação de *gênero* como proposta por Harley & Ritter (2002) se mostra inadequada para o PB uma vez que há nesta língua um contraste *animado/inanimado* distinto de *masculino/feminino*. De acordo com a geometria proposta pelas autoras, [FEMININE/MASCULINE] são dependentes do nó [ANIMATE]. Primeiramente, em PB, animacidade não está conectada aos traços [FEMININE/MASCULINE], como assumido

pelas autoras¹⁴. Ainda, não há forma neutra distinta para os pronomes em PB, sendo essa categoria assumida pelas formas de terceira pessoa, como observado no exemplo em (24).

(24) A árvore_i/menina_j, está bem na sua frente. Você não tá vendo ela_{i/j}?

Isto nos leva a separar [FEMININE/MASCULINE] de [ANIMATE] em PB. Além disso, [FEMININE] parece ser mais especificado do que [MASCULINE], como observado em plurais com elementos masculinos e femininos: em um contexto onde há pelo menos uma figura masculina presente, a referência deve ser feita usando a forma masculina do pronome; para uma referência com a forma feminina, o grupo deve ser formado exclusivamente por figuras femininas. Assim, como [FEMININE] parece mais especificado e contextualmente mais restrito que [MASCULINE], proponho que a leitura masculina seja interpretada como a ausência do traço [FEMININE]. Portanto, [CLASS] assume a seguinte configuração nos pronomes em PB:

(25) [CLASS[FEMININE]]¹⁵

Em francês, onde o predicativo concorda com o gênero do falante, mesmo não havendo marca desta categoria na primeira nem na segunda pessoa, tal hierarquia é demonstrada morfológicamente:

(26) Je suis content / contente

(Moura, 2007:3)

A combinação dos traços de [CLASS] com aqueles dominados pelo nó [π], definirá se *gênero* será refletido no pronome. Em outras palavras, a projeção de [PARTICIPANT] inibirá a realização visível de *gênero* no pronome, resguardando os traços disponíveis para checagem, e possível representação morfológica, em outros elementos que entrem em concordância com estes (o adjetivo, em PB e francês, por exemplo).

4. Condições para concordância via subespecificação de traços

A operação *Agree* (Chomsky, 1998) apaga traços formais ilegíveis durante o mecanismo de valoração de traços formais de um elemento nominal (alvo) por traços

¹⁴ Para o propósito deste trabalho, os únicos elementos relevantes para *gênero* são MASCULINE/FEMININE, já que estes são os únicos elementos refletidos no sistema pronominal em PB. Portanto, não exploraremos o que é dominado por [ANIMATE].

¹⁵ Esta hierarquia se torna evidente em línguas, como o Ya:thê, língua indígena brasileira falada pelo índios Fulni-ô, do Sul do estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. Nesta língua, as formas do singular dos pronomes pessoais apresentam marca de gênero apenas para o feminino (exemplos de Costa (1999)):

formais do mesmo tipo de um núcleo funcional (sonda). Havendo correspondência entre esses traços, os traços formais ilegíveis são apagados. *Agree* é regulada por condições para *match* que são definidas abaixo¹⁶:

Matching is the relation that holds of a probe P and a goal G. Not every matching pair includes Agree. To do so, G must (at least) be in the domain D(P) of P and satisfy locality conditions. The simplest assumptions for the probe-goal system are:

- (i) Matching is feature identity
- (ii) D(P) is the sister of P
- (iii) Locality reduces to ‘closest ccommand’.

(Chomsky, 1998:122)

Uma teoria de concordância baseada em subespecificação de traços implica algumas adaptações no tradicional conceito de *Agree* (Chomsky, 1998; 1999). A teoria de concordância proposta por Béjar (2003) mostra que tais condições para concordância são perfeitamente compatíveis com a noção de subespecificação.

De acordo com a teoria de traços apresentada aqui, uma sonda com um traço [F] pode facilmente ter em seu domínio um alvo com os traços [F[G]]. A questão que surge é se haverá compatibilidade entre estes traços já que não há identidade entre eles, como previsto pelas condições para *match* acima citadas. A solução seria assumir que tais condições possam ser repensadas nas bases de *acarretamento*, repetidas abaixo:

(27) **Acarretamento**

Dados dois elementos A e B, respectivamente, numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença de A.

Como apontado por Béjar (2003), o critério para *match* pode ser estabelecido em termos da presença do traço [F] na sonda. Assim, [F] encontraria correspondência em

- (i) owe i sideyat-owa

1spron. 1sii preguiça-part.neu.

“eu sou preguiçoso”

- (ii) owe-so i sideya-to-so-wa

1spron.-fem. 1sii preguiça-part.neu.-fem

“eu sou preguiçosa”

A forma masculina do pronome de primeira pessoa do singular em Ya:thê não é marcada morfologicamente, enquanto a feminina apresenta o morfema *-so*, que aparece intercalado no verbo (*sideya-to-so-wa*). Esta evidência morfológica indica que a realização da categoria feminino implica uma maior especificação estrutural.

¹⁶ Grifo nosso.

[F[G]], pois [F] é um subconjunto de [F[G]]. Isto prediz, por exemplo, que [CLASS] teria correspondência com um elemento [CLASS[FEMININE]]. Carvalho (2008) assume com Béjar (2003) que a intersecção de traços da sonda e do alvo é suficiente para estabelecer correspondência.

Value aqui é concebido como o compartilhamento do rótulo que o traço carrega (Frampton e Gutmann, 2000). Assim, podemos assumir que *value* equivale à cópia de traços do alvo pela sonda, assumindo a generalização em (28) (cf. Béjar, 2003:65).

(28) Goal values Probe iff features of Goal entail features of Probe.

Uma vez que *match* é satisfeito apenas pela raiz da sonda e *value* precisa de um alvo no mínimo tão especificado quanto à sonda, a operação *Agree* é bem sucedida. Portanto, é necessário apenas um $[\pi]$ não-interpretável para uma sonda ser valorada. Isto se dá, pois o conjunto de condições que satisfazem *value* deve ser um subconjunto daquelas que satisfazem *match*.

5. Conclusões

Nosso principal objetivo foi desenvolver uma análise unificada para o sincretismo encontrado no sistema pronominal do português brasileiro. Foram levados em conta a estrutura interna dos pronomes e o mecanismo de checagem de seus traços. Foram encontradas evidências no PB para argumentar a favor de uma decomposição do *pronome* em detrimento da tradicional assunção de que este elemento é um primitivo linguístico.

Neste sentido, adotou-se uma análise fundamentada numa geometria de traços formativos para o pronome, que encontra no trabalho de Harley & Ritter (2002) suporte metodológico. Fez-se necessário a inserção de alguns traços mais específicos no inventário apresentado pelas autoras, visto que os dados mostraram uma especificação na composição de certos pronomes que ia além daquela proposta pelas autoras. Assim, traços como $[\pi]$, $[\#]$, [SPECIFIC], por exemplo, são indispensáveis empiricamente na composição do paradigma pronominal em PB.

Uma teoria- ϕ , inicialmente proposta por Béjar (2003), foi adotada na tentativa de preencher algumas lacunas deixadas pela proposta de *Agree* (Chomsky, 1998), já que esta operação exige uma total correspondência entre os traços dos elementos que desencadeiam concordância (*probe* e *goal*). Em vez disso, uma simplificação nas condições para *Agree* torna possível a concordância *default* encontrada, dentre outras línguas, em PB. Desta forma, *Agree* opera se há identidade pelo menos entre os nós raízes da sonda e do alvo. Assim, quanto mais traços idênticos houver entre estes dois elementos, mais específicos serão os contextos em que ambos ocorrem.

A noção de subespecificação permeou todo o trabalho. É ela que, na proposta desenvolvida, define o sincretismo das formas pronominais em PB. Assim, um pronome subespecificado para algum traço- ϕ tem seu campo de distribuição ampliado, podendo

desempenhar os diversos papéis argumentais na sentença. Entretanto, como em toda investigação, algumas questões ficam ainda por serem respondidas em trabalhos futuros.

Referências

- Béjar, S. (2003) *Phi-syntax: a theory of agreement*. Tese de doutoramento, University of Toronto.
- Cardinaletti, A. & M. Starke (1999) The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of the three classes of pronouns. In: van Riemsdijk (ed.). *Clitics in the language of Europe*. Berlin: Mouton et Gruyter.
- Carvalho, D. da S. (2008) *A estrutura Interna dos Pronomes Pessoais em Português Brasileiro*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Alagoas.
- Chomsky, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. (1998) *Minimalist Inquiries: the Framework*. MITWPL 15. Cambridge, Mass.: MITWPL.
- Chomsky, N. (1999) Derivation by Phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics 18*. Cambridge, MA: *MIT Working Papers in Linguistics*.
- Chomsky, N. (2001) Beyond explanatory adequacy. *MIT Occasional Papers in Linguistics 20*. Cambridge, MA: *MIT Working Papers in Linguistics*.
- Costa, Januacele F. (1999) *Ya:thê, a última língua nativa no nordeste do Brasil: Aspectos morfofonológicos e morfossintáticos*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco.
- Cowper, E. & D. C. Hall (2003) The syntactic manifestation of nominal feature geometry. In *Proceedings of the 2002 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association*. Montréal: Cahiers Linguistiques de l'UQAM, pp. 55-66.
- D'Alessandro, R. (2006) Syntactic and Pragmatic features: a case study. *Leitura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (UFAL)* 33 (00), pp. 185-202.
- Déchaine, RM. & M. Wiltschko (2002) Decomposing Pronouns. *Linguistic Inquiry* 33(3), pp. 409-442.
- Harley, H. & E. Ritter (2002) Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis. *Language* 78, pp. 482-526.
- Moura, D. (2007) A Predicação Copulativa em Português Brasileiro em Espanhol. *Revista do GELNE* 2, pp. 67-76.
- Rullmann, H. (2004) First and second pronouns as bound variables. *Linguistic Inquiry* 35, pp: 159-168.
- Speas, M. (2004) Evidentiality, Logophoricity and the Syntactic Representation of Pragmatic Features. *Lingua* 114 (3), pp. 255-276.
- Uriagereka, J. (2000) Some Thoughts on Economy within Linguistics. *D.E.L.T.A.* 16, pp. 221-243.